

URBANIZAÇÃO E A FAMÍLIA EXTENSA NO BRASIL

SUGIYAMA IUTAKA, E. WILBUR BOCK,
FELIX B. BERARDO

Departamento de Sociologia
Universidade da Flórida
Gainesville, Flórida

Até que ponto a urbanização e a industrialização afetam a estrutura e as funções da família é um tema controvertido na sociologia há alguns anos. Tem-se dito que tais processos causam a desintegração das grandes unidades de parentesco em unidades nucleares independentes e isoladas. Os proponentes desta posição sugerem que as condições de vida urbana industrial incentivaram e até exigiram um certo grau de migração, a mobilidade social, lares pequenos e a transferência das funções familiares a outras instituições. A manutenção de grandes famílias e relações de família estendidas vê-se como sendo oposto à urbanização e à industrialização.

Uma posição contrária e mais recente é que é possível manter-se importantes laços de parentesco no meio urbano industrial. Os proponentes desta teoria sugerem que enquanto as condições das sociedades modernas talvez encorajem famílias nucleares separadas, estas condições não impedem a interação de parentesco. Os meios rápidos de comunicação e transporte facilitam a manutenção de interação entre as diferentes unidades familiares conjugais que existem separadamente mas que fazem parte de um conjunto familiar mais extenso; esta relação estrutural tem sido chamada "família estendida modificada". (Goode, 1963; 10 ss.; Goode, 1964: 108-110; Sussman, 1965; Litwak, 1965: 292 ss.)

A controvérsia mencionada continua existindo não só entre os estudiosos nos E.U.A., mas em outras partes do mundo que passam pelo processo de modernização. (Ver B. Adams, 1970 e Troll, 1971, para excelentes resenhas e bibliografias). Como resultado, surgem vários problemas e certos pontos controvertidos a serem resolvidos. O debate tem tido a sua contrapartida entre os estudiosos dos países latino-americanos, onde a urbanização e a industrialização são referidos como sendo os fenômenos atuais de maior importância. O número de pesquisas sistemáticas feitas sobre as mudanças de estrutura e na função da família na América Latina ainda é reduzido. O presente estudo visa uma contribuição no preenchimento deste vazio.

MODERNIZAÇÃO E GRUPOS DE PARENTESCO BRASILEIROS

Uma teoria sugere que os processos de modernização não só desintegraram todos os vestígios da família estendida mas também teve efeitos adversos nas unidades conjugais imediatas. (Cândido, 1951: 307-309; Pierson, 1954: 310-312.) Uma opinião contrária constata que estes processos não dissolveram a família estendida; ao contrário, é possível que tenham promovido tais relações. (Lewis, 1965: 429.) A posição intermédia, tomada aparentemente pela maioria dos pesquisadores, é semelhante à dos proponentes da "família estendida modificada" nos E.U.A. Segundo este ponto de vista, a urbanização e a industrialização levaram ao estabelecimento de residências independentes por unidades conjugais mas com a manutenção de fortes relações com redes de parentesco. Embora se mantenham residências independentes, estas redes muitas vezes ocupam prédios de apartamentos inteiros, e/ou partes de um bairro. As relações de parentesco, embora sejam modificadas por mudanças na sociedade, são mais fortes que aquelas que se encontram nos E.U.A. e na Europa. Estas relações seguem desempenhando um papel econômico e social e, ao mesmo tempo, conferem *status*. (Willems, 1953; Wagley, 1963: 196-199; Azêvedo, 1965: 293-296; R. Adams, 1967: 155-156.) O ideal nos países latino-americanos, mesmo nas áreas urbanas, é ainda a família estendida, se bem que não é um fenômeno universal, e este ideal vê-se como a continuação de relações há muito estabelecidas. (Wagley, 1963: 202-203; Wagley, 1964: 188-189; Strickon, 1965; Johnson, 1968: 144.)

As pesquisas anteriores incentivaram uma análise secundária dos dados coletados em várias cidades brasileiras. O principal objetivo da análise é estudar a relação entre a urbanização e a separação das unidades conjugais de parentesco. A unidade de análise para o presente estudo é a família porque quase todos os estudiosos da família propuseram a neo-localidade como concomitante da urbanização, se bem que as unidades neo-locais mantenham algumas relações com grupos de parentesco fora da residência. Julgou-se que a predominância de famílias compostas de três gerações seria a prova decisiva da ruptura da família estendida, que muitos propuseram ser a forma ideal da família no Brasil. (Smith, 1963: 459.) Visto que a urbanização implica mi-

gração, a composição do domicílio deve ser afetada pelos padrões migratórios. A influência da migração, porém, é determinada por fatores tais como a exposição e participação no complexo urbano. Estas considerações levaram à análise da composição da família em função dos seguintes fatores: tamanho da cidade, *status* migratório, lugar de procedência, idade que tinham ao chegar à cidade de destino, idade, *status* social e mobilidade social.

METODOLOGIA

Os dados usados nesta pesquisa foram colhidos no Brasil. Os pesquisadores obtiveram as informações perfuradas em cartões na Biblioteca Internacional de Dados da Universidade da Califórnia.(1) As entrevistas foram realizadas em seis cidades brasileiras: 1 000 em São Paulo e o mesmo número de informantes foram escolhidos no Rio de Janeiro; 750 em Belo Horizonte e 500 nas seguintes cidades: Juiz de Fora, Volta Redonda e Americana. Amostras de área foram usadas para selecionar indivíduos que representassem a população adulta dessas cidades. A primeira etapa de amostra foi escolher quarteirões e em seguida domicílios. Em cada domicílio, a unidade da amostra, um adulto de 20 anos ou mais, foi escolhido ao acaso, independentemente do sexo.

As cidades onde estas entrevistas se realizaram se encontram no sudeste do Brasil, a região mais industrializada da sociedade. São Paulo é o maior centro urbano e também o maior centro industrial da América Latina. O Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, foi e ainda é o centro social e político mais importante do país. Belo Horizonte foi planejado como capital do Estado e existe desde menos de um século. As três outras cidades têm certas características especiais. Juiz de Fora foi um dos primeiros centros industriais do Brasil e, antes do desenvolvimento de São Paulo, chamavam-no de "Manchester Brasileira". Volta Redonda foi criada na década de quarenta, quando o Brasil sentia a escassez do aço devido às exigências da Segunda Guerra Mundial. A cidade surgiu ao redor da fábrica de aço, que domina a vida econômica da cidade. Encontra-se entre as duas maiores cidades brasileiras já mencionadas, São Paulo e o Rio de Janeiro, embora geograficamente seja parte do Estado do Rio de Janeiro. Finalmente, Americana fica no Estado de São Paulo, e foi fundada por migrantes do Sul dos E.U.A., que se instalaram no Brasil depois da Guerra Civil.

Considerando que o estudo tenta analisar a prevalência da família estendida na sociedade *brasileira*, decidiu-se "purificar" a amostra para tal fim. Todos os estrangeiros e descendentes de imigrantes da segunda e terceira gerações foram excluídos da análise. Visto que estudos prévios (Kosa, *et al.*, 1960: 129-131; Germani, 1961; Pearse, 1961; Goldscheider e Goldstein, 1967; 267-276; Wilkening *et al.*, 1968; Rosen e Berlinck, 1968; e Ramu, 1972) estabeleceram que os estrangeiros apresentam maior tendência que os nacionais a manterem família estendida, neste estudo foram incluídos só os brasileiros

"puros". Notar-se-á também que a presença dos imigrantes e dos seus descendentes varia nas seis cidades estudadas e exigiria, portanto, um controle — descendência estrangeira — que será o assunto de análise subsequente. Uma amostra de brasileiros "puros" apresenta a vantagem de que se pode analisar o fenômeno estudado na sociedade sem a contaminação da parte da amostra de indivíduos com descendência estrangeira. Uma vez que os imigrantes ao Brasil provêm de vários países, seria difícil isolar a importância da urbanização e de outros fatores com respeito à família estendida. Os solteiros que moram sós também foram excluídos da amostra inicial porque a variável dependente é tipo de família. Devido a essas considerações, da amostra inicial de 4 190 indivíduos com informações completas, 1 957 foram utilizados nesta análise.

Além da urbanização, as outras medidas utilizadas nesta pesquisa são: o *status* migratório, a idade, a idade ao chegar na cidade de residência, o *status* social do informante e do pai dele, a mobilidade social e o tipo de família. A última é a variável dependente.

A primeira variável independente — a urbanização — foi medida em termos do tamanho das cidades. O número de habitantes talvez seja uma medida aproximada de urbanização, mas foi a única informação disponível. Outros indicadores, tais como a percentagem da população empregada em atividades não-agrícolas ou o número de indústrias, foram sugeridas como medidas da urbanização, mas tais dados não eram disponíveis. Devido à impossibilidade de se colocar as cidades em uma escala baseada em critérios múltiplos, a única solução possível foi de classificá-las segundo o seu tamanho.

Para medirmos o *status* migratório dos indivíduos usou-se o lugar de nascimento. Os migrantes foram classificados segundo o tamanho da localidade onde nasceram: cidade grande, cidade pequena ou povoação, e áreas rurais. A cidade grande foi definida como tendo uma população de 30 000 habitantes ou mais. A cidade pequena se definiu como qualquer área urbana de menos de 30 000 habitantes; a área rural como sendo de habitantes rurais. Uma vez que vários entrevistados de origem rural se identificaram com a cidade mais próxima ou a cidade onde foram registrados quando nasceram, a categoria "cidade pequena" pode apresentar distorções. Na análise se comparou os naturais e os migrantes em geral, tomando-se para esse grupo o tamanho da localidade de origem como fonte de classificação.

Uma vez que o lugar de nascimento talvez não seja importante, porque o grau de urbanismo depende também do tempo que o indivíduo morou na cidade, a idade ao chegar foi incorporada à análise. Esta variável deve refletir uma influência mínima de vida urbana, pois só se levou em consideração a idade do indivíduo ao chegar na cidade de destino. É possível que alguns migrantes de origem rural tenham morado em outras áreas urbanas. Assim, o quadro apresentado não é completo, mas esta restrição se deve à disponibilidade de dados. Para as tabelas da contingência, as idades de chegada foram divididas de tal forma que as pessoas são classificadas entre aquelas que vieram com menos de 14 anos de idade, entre 15 a 19 anos de idade,

entre 20 a 39 anos e com mais de 40 anos. Decidiu-se limitar o primeiro grupo aos 14 anos, porque esta é a idade em que a pessoa pode começar a trabalhar legalmente no Brasil. O próximo grupo representa a primeira etapa de juventude, o terceiro inclui os que já são adultos e, finalmente, o último grupo (dos de 40 anos ou mais) inclui as pessoas que mudaram para a cidade de residência já em idade madura.

O *status* social do informante e de seu pai foram medidos em termos das suas ocupações, método empregado por David Glass e validado com alguma modificação para o Brasil por Hutchinson. (Hutchinson e Castaldi, 1960.) As ocupações foram classificadas em seis categorias de *status*(2) e, para a apresentação dos dados em tabelas de contingência, foram agrupadas em três níveis sociais, combinando as categorias dois a dois. As quatro categorias superiores incluem o nível não-manual e as duas outras o estrato manual. A mobilidade social foi medida comparando o *status* do informante com o de seu pai. Para apresentar os dados de maneira consistente, as três camadas — alta, média e baixa — são as que foram usadas para este propósito.

A variável dependente — tipo de família — mediu-se tomando em conta os membros residentes no mesmo domicílio. Emergem dois tipos “puros”: (1) nuclear, que consiste de pai(s) com ou sem filho(s); e (2) estendido, que inclui pelo menos três gerações: avô(s), pai(s) e filho(s). Todos os outros tipos de famílias foram classificadas em uma outra categoria intermédia que se chamou “mista”.

Os dados são apresentados em tabelas de contingência. Os testes de significância foram realizados usando qui-quadrado, com o nível de aceitação ou rejeição de .05. As relações entre as variáveis são apresentadas nas várias tabelas e o *n* (número de casos) varia de uma tabela a outra devido à eliminação de casos com respostas incompletas. Na tabela final compara-se a relativa importância das variáveis usando o teste de Cramer V para medir o grau de associação. Esta medida estatística é usada porque os coeficientes são padronizados (estandardizados) para os diferentes tipos de tabela com diferentes graus de liberdade.

RESULTADOS

Tamanho da cidade. A Tabela I apresenta os resultados sobre os três tipos de famílias (domicílios) em seis cidades brasileiras. Os dados indicam que uma maioria das famílias em cada cidade contém apenas o tipo conjugal, imediata. Ao mesmo tempo, todavia, há também proporções substanciais de famílias que são compartilhadas com outros parentes. As incidências do tipo “mistos” e “estendidos” parecem impressionantes quando comparadas com outros estudos (Stehouwer, 1965: 150-152), e talvez indiquem a importância da solidariedade familiar no Brasil. É difícil, se não impossível, compararmos estas percentagens com as de outros países, devido às diferenças de amostragem ou definição usadas. (Peterson, 1969; B. Adams, 1970.)

TABELA 1

Distribuição Percentual do Tipo de Famílias em Seis Cidades Brasileiras

CIDADES	TIPOS DE FAMÍLIA			
	Nuclear	Misto	Estendido	TOTAL
São Paulo	73,3	19,7	8,0	(411) 100,0
Rio de Janeiro	57,1	28,5	14,4	(382) 100,0
Belo Horizonte	70,5	24,8	4,7	(556) 100,0
Juiz de Fora	61,5	22,7	15,8	(278) 100,0
Volta Redonda	58,7	32,7	8,6	(245) 100,0
Americana	64,7	28,2	7,1	(85) 100,0
TOTAL	65,2	25,3	9,5	(1957) 100,0

$\chi^2 = 61.3926$, G.L. = 10; p .001

Embora pesquisas anteriores tenham tratado de determinar a influência de urbanização sobre os laços familiares, conclusões claras e contundentes não foram encontradas. A falta de *consensus* talvez se deva tanto às definições e medidas diferentes de "urbanismo" como a várias medidas de relações familiares. Alguns estudos demonstram que as famílias urbanas têm menos tendência do que as famílias rurais a manterem extensivos laços de família e a morarem em casas compostas de pessoas de três gerações. (Stehouwer, 1965: 150-151 e 1961; e Winch e Greer, 1968: 44.) Muitos destes estudos incluem na sua categoria de "família estendida" toda família que contenha quaisquer parentes além dos filhos do chefe. Não obstante, uma comparação dos dados internacionais demonstra não haver uma diferença consistente entre o meio urbano e o rural no que se refere ao número médio de "outros parentes" (além de filhos) por família (Burch, 1967, 1967: 361). Se, por um lado, é possível que haja diferenças entre a zona rural e urbana, a influência do tamanho da cidade não tem sido inteiramente determinada. Outros estudos, porém, relatam não haver nenhuma relação entre o tamanho da cidade e a extensão da família (Stehouwer, 1965: 161; e Gibson e Ludwig, 1968: 60). Apesar da escassez de pesquisas na América Latina, há muitas publicações que propõem a existência de diferenças entre a cidade e a zona rural e diferenças dentro do meio urbano na composição de famílias (Azevedo, 1965: 298; e Wagley, 1964: 186).

Segundo os dados da Tabela 1, há diferenças significativas na estrutura da família entre seis cidades, mas estas diferenças não mostram nenhuma relação consistente com o tamanho das áreas urbanas. As cidades, arranjadas em ordem decrescente de tamanho, baseada em dados censitários, não revelam um aumento ordenado de famílias de três gerações nem uma diminuição de famílias nucleares. A conclusão a que se chega é que o tamanho

em si tem muito pouco que ver com a prevalência de vários tipos de famílias. É provável que as diferenças entre as cidades sejam devidas principalmente a fatores que excluem o tamanho: época do estabelecimento da cidade, taxa de crescimento urbano, tamanho da população migratória, idade média dos migrantes, época em que a migração ocorreu etc. Torna-se difícil encontrar uma explicação exata para estas diferenças na presente análise. No entanto, algumas sugestões são oferecidas em outras partes deste trabalho. Uma vez que o tamanho da cidade não parece estar vinculado ao tipo da família, os dados foram combinados para análise subsequente. O número reduzido das amostras em algumas cidades contribuiu também para facilitar este tratamento.

A Migração. A migração, um dos componentes básicos da urbanização, tem sido sugerida como uma das variáveis mais importantes a ser considerada no estudo da família estendida (Winch e Greer, 1968: 44; B. Adams, 1968: 168-169). Se bem que os meios modernos de comunicação e transporte possam ser utilizados para manter as relações familiares entre os diferentes membros, a distância geográfica em si, criada pela migração, muitas vezes atenua ou rompe tais relações. Os estudos, contudo, ainda não produzem um consenso unânime a favor do efeito negativo da migração. Enquanto há opiniões que a migração signifique perda de contato com os parentes (Winch e Greer, 1968: 44; Winch *et al.*, 1967: 269; B. Adams, 1968: 168-169 e Peterson, 1968: 534), outros insistem que a família extensiva e a migração se sustentam mutuamente. (Lewis, 1965: 429; Litwak, 1960: 389-390.) A conclusão da maioria, porém, é que a migração leva pelo menos ao estabelecimento de famílias nucleares. Uma opinião contrária afirma que os migrantes rurais às áreas urbanas na América Latina apresentam uma tendência a manter domicílio de três gerações. Tanto quanto na área de origem de área rural, ou chegam mesmo a estabelecer tais tipos de domicílios em maiores proporções na cidade de destino (Lewis, 1965: 429).

TABELA 2

Tipo de Família por *Status* Migratório

	TIPOS DE FAMÍLIA			TOTAL
	Nuclear	Misto	Estendido	
Naturais	59,1	27,5	13,4	(335) 100,0
Migrantes	66,5	24,8	8,7	(1618) 100,0
Cidade Grande	66,8	25,4	7,8	(307) 100,0
Cidade Pequena	66,5	24,4	9,1	(930) 100,0
Zona Rural	66,7	25,2	8,1	(381) 100,0

(1) Naturais x Migrantes: $X^2 = 10.1834$, G.L. = 2; $p < .01$

(2) Categorias dos Migrantes: $X^2 = 751$, G.L. = 4; n.s.

Segundo os dados da Tabela 2, é mais provável que os migrantes morem em domicílios compostos de famílias nucleares, enquanto que os nativos das cidades têm maior tendência a viverem em famílias de três gerações ou em tipos mistos. Conseqüentemente, a migração parece levar ao estabelecimento de famílias nucleares, ao mesmo tempo que a residência permanente parece dar mais oportunidades à manutenção de qualquer forma de família não-nuclear. Segundo o ponto de vista apresentado na literatura sociológica passada no que diz respeito às diferenças entre a cidade e a zona rural em relações familiares, poderá se esperar que os migrantes das áreas urbanas mantivessem famílias nucleares. Os dados na Tabela 2 não sustentam tais expectativas. O ponto decisivo parece ser a existência ou não de migração, mais do que o lugar de origem. Estes dados, porém, só referem ao lugar de nascimento, e não indicam quando a migração ocorreu nem o tempo que os migrantes estão nas cidades onde foram entrevistados. Os primeiros anos da socialização talvez sejam decisivos para determinar os valores culturais que os indivíduos internalizarem com referência aos laços de família. Quanto mais cedo se expõem à cultura urbana e à duração de tal experiência, tanto mais os valores dos migrantes e dos nativos urbanos tendem a coincidir.

Idade na época da migração. A Tabela 3 apresenta dados relativos a esta consideração. Os dados parecem sustentar a noção que a época no ciclo de vida do indivíduo, em que ele é exposto à cultura urbana, realmente afeta a composição da família. No entanto, é preciso notar que estes resultados são contrários aos que muitas vezes se tem encontrado no que se refere ao efeito negativo da urbanização sobre a composição da família. Os dados apresentados indicam que quanto mais jovem o indivíduo migra, maior a probabilidade de que se torne chefe de uma família de três gerações.

TABELA 3

Tipo de Família por Idade dos Migrantes ao Chegar à Cidade

IDADE AO CHEGAR À CIDADE	TIPO DE FAMÍLIA			
	Nuclear	Misto	Estendido	TOTAL
14 ou menos	63,5	25,8	10,7	(299)100,0
15 a 19	66,8	23,4	9,8	(286)100,0
20 a 39	69,0	23,1	7,9	(839)100,0
40 ou mais	58,9	34,4	6,7	(180)100,0

$X^2 = 14.0474$, G.L. = 6; $p < .05$

Poder-se-ia argumentar que os resultados da Tabela 3 são devidos ao fato que aqueles que migram em idades mais avançadas são, por definição, mais velhos que os migrantes jovens, e que o fator idade por si distorce a análise.

Idade. Os dados da Tabela 4 apresentam dados relevantes quanto à importância da idade em relação ao tipo de família. Esta relação parece ser um tanto curvilínea, embora o elemento mais importante seja que os migrantes jovens são os que mais tendem a manter as famílias de três gerações. Esta característica é contrária à que foi sugerida com respeito às famílias nos E.U.A., onde as famílias jovens estabelecem as suas próprias residências conjugais. Um estudo, por exemplo, demonstra que os chefes de família jovens tinham menor tendência que os chefes de família mais velhos a manter famílias extensivas (Goldscheider e Goldstein, 1967: 273). Por outro lado, outra pesquisa revelou que o morar numa família extensiva se associava com o casamento relativamente cedo. (Fischer *et ali.*, 1968: 295.)

TABELA 4

Tipo de Família por Grupos de Idade

Grupos de Idade	TIPOS DE FAMÍLIA			
	Nuclear	Misto	Estendido	TOTAL
29 ou menos	60,2	27,7	12,1	(535)100,0
30 a 39	69,7	21,3	9,0	(654)100,0
40 a 49	67,3	25,4	7,3	(426)100,0
50 ou mais	61,1	30,0	8,9	(347)100,0

$X^2 = 20.1312$, G.L. = 6; $p < .01$

Os resultados nestas cidades brasileiras podem ter razões culturais específicas. Diz-se que a família brasileira tem uma importância preponderante na vida social dos indivíduos. Os filhos, em geral, moram com os pais até se casarem e, ao julgarmos pelos dados presentes, alguns ficam com os pais até mesmo depois do casamento. Isto talvez seja devido a considerações financeiras ou de família. Depois de terem filhos, o jovem casal talvez estabeleça um lar independente. As percentagens baixas de famílias de três gerações entre os chefes de família maduros talvez sejam devidos à mudança do casal ou à morte dos pais deles. Mas, como parecem indicar os dados da Tabela 4, quando as famílias de três gerações não existem mais, substitui-se por outros tipos semelhantes à família extensa. Assim, a percentagem de famílias "mistas" aumenta à medida que avança a idade dos chefes de fa-

mília. Para concluirmos, parece que uma proporção considerável de brasileiros vive em famílias de três gerações durante os anos formativos e ainda em idades avançadas; quando não é possível viverem em famílias de três gerações, muitas vezes substituem por outras formas de famílias extensivas.

Talvez os dados da Tabela 5 possam esclarecer até certo ponto a questão da relativa importância da idade atual e idade da chegada na cidade. A relação notada na Tabela 3 parece válida também para a Tabela 5, ao menos pela população jovem. Tanto a idade quanto a idade na chegada são fatores importantes que têm que ver com a manutenção das famílias de três gerações. É difícil julgarmos a importância da idade da chegada dos migrantes mais velhos uma vez que idade em si complica a análise do fenômeno.

As Tabelas 2 a 5 indicam que o efeito da vida urbana e a da migração a áreas urbanas requerem mais estudos. Os dados da Tabela 2 indicaram que os nativos urbanos apresentavam menor tendência do que os migrantes a manter famílias nucleares. Os dados das Tabelas 3 e 5 indicaram que quanto mais cedo certas pessoas são expostas às culturas urbanas durante a vida, maior é a probabilidade de coincidirem os padrões de composição de família entre os migrantes e os nativos urbanos.

A manutenção de famílias extensivas em áreas urbanas brasileiras talvez se relaciona à importância que os brasileiros dão à extensão parentesco. A expressão prática de tanta importância talvez seja facilitada por fenômenos urbanos tais como os prédios de apartamentos e outras formas de residências. O fato que até os migrantes, com o tempo, estabelecem e mantêm tais famílias pode relacionar-se a todo o processo da migração. No Brasil a migração parece ser um fenômeno que ocorre entre famílias, e não ser uma decisão de indivíduos. É muito freqüente que os migrantes viagem com parentes, para instalar-se em áreas urbanas em que outros parentes já se hajam instalado e a serem seguidos por outros membros da família que migram posteriormente (Hutchinson, 1963: 57). Assim, a participação do parentesco no processo migratório ajuda aos migrantes, com o decorrer do tempo, em absorver e imitar a maneira de viver dos nativos urbanos. Quaisquer que sejam as explicações, a urbanização parece levar a uma desintegração da família de três gerações e das relações de família extensiva, mas esta dissolução parece ser temporária.

Status social. Pode-se sugerir que as diferenças entre os migrantes e não migrantes talvez sejam de nível social atingido. Por isso as diferenças de estilo de vida e de participação nas estruturas sociais urbanas podem afetar a sua composição familiar.

A relação entre o *status* social e a família extensiva não tem sido firmemente estabelecida na literatura. A falta de conclusões consistentes deve-se parcialmente a diferentes definições de familismo. Deve-se também parcialmente a fatores relacionados a *status* social que afetariam os laços de parentesco; padrões migratórios, distâncias entre parentes, arranjos residenciais e

T A B E L A 5

Tipo de Família dos Migrantes por Idade e Idade ao Chgar à Cidade

Idade ao Chegar	MENOS DE 40 ANOS DE IDADE				40 ANOS DE IDADE OU MAIS			
	Tipo de Família		Total (N=100,0%)	Tipo de Família	Tipo de Família		Total (N=100,0%)	Tipo de Família
	Nuclear	Misto			Estendido	Misto		
01 a 14	64,2	24,1	11,7	61,0	32,2	6,8	(59)	
15 a 19	66,4	23,9	9,7	67,2	23,4	9,4	(64)	
20 a 39	67,7	23,8	8,5	70,7	22,3	7,0	(358)	
40 ou mais	—	—	—	58,7	34,6	6,7	(179)	

(1) Idade ao Chegar à Cidade para a população jovem (menos de 40) : $\chi^2=19.425$, G.L.=6; $p<.01$ (2) Idade ao Chegar à Cidade para a população madura (40 ou mais) : $\chi^2=110.844$, G.L.=6; $p<.01$

emprego diferencial dos meios de comunicação e transporte. Certos pesquisadores acreditam que é mais freqüente entre as classes altas do que as classes baixas manterem os laços de parentesco e a família extensiva, porque estas têm mais recursos econômicos e conseqüentemente maior controle sobre os membros da família (Azevedo, 1965: 292-293; Goode, 1963: 84-85; Wagley, 1963: 186-187; Willems, 1953). Outros concluem que as classes baixas têm maior tendência do que as classes altas a manterem laços de família extensivos porque migram menos (B. Adams, 1968: 170). As pesquisas realizadas sobre a composição das famílias concluem que há maior tendência nas classes baixas do que na classe alta na manutenção de domicílio composto de várias gerações, enquanto que a classe alta mantém as relações entre as unidades nucleares que mantêm a relação extensa de família (Fischer *et al.*, 1968: 295; Goldscheider e Goldstein, 1967: 275; e Shanas, 1967: 261).

TABELA 6

Tipo de Família por *Status* Social e *Status* Migratório

	STATUS SOCIAL DO ENTREVISTADO			
	Alto	Médio	Baixo	TOTAL
POPULAÇÃO TOTAL				
Nuclear	72,6	62,3	67,5	66,5
Misto	17,6	29,1	25,7	25,9
Estendido	9,8	8,6	6,8	7,6
TOTAL	100,0(101)	100,0(301)	100,0(727)	100,0(1129)
POPULAÇÃO NATURAL				
Nuclear	66,7	54,9	58,1	57,7
Misto	22,2	35,2	32,4	32,5
Estendido	11,1	9,9	9,5	9,8
TOTAL	100,0(18)	100,0(71)	100,0(105)	100,0(194)
POPULAÇÃO MIGRANTE				
Nuclear	73,5	64,7	69,5	68,6
Misto	16,9	27,0	24,1	24,2
Estendido	9,6	8,3	6,4	7,2
TOTAL	100,0(83)	100,0(230)	100,0(622)	100,0(935)

(1) População Total: $\chi^2 = 1.135$, G.L. = 4; n.s.

(2) População Natural: $\chi^2 = 4.976$, G.L. = 4; n.s.

(3) População Migrante: $\chi^2 = 7.040$, G.L. = 4; n.s.

A Tabela 6 apresenta os dados sobre *status* social, migração e composição da família. As diferenças encontradas entre os tipos de famílias nos diferentes níveis de *status*, não são significantes estatisticamente mas as tendências são altamente sugestivas. As famílias de três gerações estão representadas com maior frequência na camada alta do que nos outros níveis. Este resultado parece confirmar pesquisas anteriores que constatarem haver maior importância entre membros das classes altas com referência às relações de parentesco que nas outras classes. Porém, é necessário notar que as famílias com alto *status* social também têm maior tendência a serem nucleares. Indivíduos de outras camadas e *status* tendem a apresentar maior proporção de famílias "mistas". Este quadro aparentemente bifurcado de camada alta talvez se deva ao fato de que a camada é composta de famílias velhas, estabelecidas que tendem a ser de três gerações e as famílias "novas" que se tornam nucleares no processo de ascensão social.

Independentemente da classe social, os nativos tendem mais do que os migrantes a manterem famílias de três gerações e outras formas de famílias extensivas. Se se julga pelo valor dos chi-quadrados, a classe social parece ser fator mais decisivo para os migrantes do que para os naturais no que se refere à composição da família. A baixa percentagem de migrantes de *status* baixo que têm famílias de três gerações parece comprovar a idéia sugerida por Adams que a migração tende a dissolver as relações de família extensiva nas classes baixas.

Mobilidade social. A migração faz parte da urbanização e da industrialização assim como dos aumentos demográficos que se relacionam com outras mudanças estruturais nas áreas urbanas. Uma destas mudanças é a mobilidade social, que afeta as modificações na forma de vida e a participação dos indivíduos no complexo urbano.

Tem havido muitas conjeturas no que diz respeito ao efeito da mobilidade social sobre as relações familiares. Assumiu-se, por exemplo, que a mobilidade social cria diferenças culturais entre as gerações e também defasagens culturais entre os membros de famílias. Conseqüentemente, tem-se argumentado que o resultado é o estabelecimento de famílias nucleares e a desintegração das relações na família extensiva. As poucas pesquisas realizadas nesta área, porém, não apóiam muito a noção de um efeito direto da mobilidade social na desintegração. Litwak, por exemplo, concluiu que as relações de família e a mobilidade social não eram contraditórias mas ambos os fatores podiam apoiar-se mutuamente. As relações de parentesco muitas vezes oferecem apoio financeiro e de outra espécie aos membros que ascendem socialmente. Tal auxílio seria de reforço em lugar de dissolução das relações de parentesco (Litwak, 1960). Estas conclusões são semelhantes àquelas feitas por Adams que constatou que a mobilidade demanda auxílio externo, geralmente dos pais e outros parentes, e que tal ajuda muitas vezes leva a uma maior solidariedade em lugar de diminuir tais relações (B. Adams, 1968: 171-172). Mas como indicaram Litwak e Adams, o quadro é mais complexo

do que se supõe geralmente e mais pesquisas são necessárias para esclarecer o ponto. O objetivo principal desta pesquisa é a relação entre a mobilidade social e a composição familiar, assunto que não tem sido sistematicamente estudado.

A Tabela 7 apresenta os dados relevantes à presente consideração. Parece que não é possível chegar-se a uma conclusão definitiva com respeito à relação entre a mobilidade e a composição da família. A parte da população que compreende o nativo, a mobilidade, sobretudo a mobilidade ascendente, parece diminuir a probabilidade da manutenção da família de três gerações. Esta mesma mobilidade, porém, aumenta a incidência do tipo "misto". Enquanto que para os migrantes, os resultados são diferentes em muitos aspectos dos da população nativa. A mobilidade ascendente para os migrantes, por exemplo, parece aumentar tanto a proporção de famílias de três gerações além de elevar a percentagem de famílias nucleares. As famílias de três gerações parecem ter representação menor entre os migrantes que experimentam a mobilidade descendente e entre os naturais que ascendem socialmente. Este tipo de família parece ser a mais representada entre os migrantes em movimento ascensional e entre os naturais que são estáveis socialmente. Resumindo, a nuclearidade da família parece apresentar uma relação linear referente à mobilidade; a ascensão aumentando a percentagem de famílias nucleares; os outros tipos de famílias relacionam-se de maneira curvilínea à mobilidade e parece haver uma relação "de altos e baixos" um ao outro: quando um decresce o outro aumenta.

Há vários fatores que talvez estejam interferindo na relação entre a mobilidade e a forma da família, se é que tal relação existe. Sugere-se como fatores que causam interferência a classe social e a distância da mobilidade, entre outros. As análises, em forma de tabelas feitas pelos pesquisadores, não resultaram em um quadro mais claro. A única conclusão aqui é que os dados não mostram nenhuma relação negativa entre a mobilidade e a composição da família. Nota-se, porém, que as diferenças assinaladas antes entre os migrantes e não migrantes com respeito às famílias de três gerações parecem mudar um pouco com a mobilidade ascendente. Especificamente, os migrantes em movimento ascensional tendem mais do que os naturais que sobem socialmente a manterem famílias nucleares e de três gerações. Esta associação permanece em discussão e deixa em aberto o debate se tal fato se deve a que estes indivíduos, de todos os migrantes, talvez sejam os mais aculturados e os que mais participam na subcultura urbana.

Relativa importância dos fatores. Fez-se uma tentativa em determinar a relativa importância das variáveis nos tipos de famílias. Os resultados são apresentados na Tabela 8.

TABELA 7

Tipo de Família por Mobilidade Social e Status Migratório

Mobilidade Social	TOTAL					NATURAIS					MIGRANTES					
	Nu-clear	Mis-to	Esten-dido	Total (N=100,0)	Nu-clear	Mis-to	Esten-dido	Total (N=100,0)	Nu-clear	Mis-to	Esten-dido	Total (N=100,0)	Nu-clear	Mis-to	Esten-dido	Total (N=100,0)
Mais Alto	71,4	21,1	7,5	(133)	62,5	33,3	4,2	(24)	73,4	18,3	8,3	(109)	72,0	18,3	7,4	(517)
Igual	70,2	21,7	8,1	(613)	61,5	26,0	12,5	(96)	71,7	22,6	5,7	(97)	71,7	22,6	5,7	(97)
Mais Baixo	68,9	25,0	6,1	(118)	57,8	34,7	7,5	(21)	71,7	22,6	5,7	(97)	71,7	22,6	5,7	(97)

(1) Mobilidade Social para a População Total: $\chi^2=1.413$, G.L.=4; n.s.(2) Mobilidade Social para os Naturais: $\chi^2=1.920$, G.L.=4; n.s.(3) Mobilidade Social para os Migrantes: $\chi^2=12.496$, G.L.=4; $p < .02$

TABELA 8

Grau de Associação (V de Cramer) Entre as Variáveis e Tipo de Família para a População Total

VARIÁVEIS	V DE CRAMER
Urbanização	.125***
Status Migratório	.079**
Idade	.072**
Mobilidade Social	.029
Status Social	.023

Significância: *, $p < .05$; **, $p < .01$; ***, $p < .001$

O fato que a urbanização, medida segundo o tamanho da cidade, seja considerada como o primeiro fator, precisa de comentário especial. É provável que a sua importância seja devida menos ao tamanho da cidade em si e mais a outras características destas áreas urbanas: a proporção da população migrante, a idade e o ano da chegada do migrante. Por exemplo, os migrantes para São Paulo, o Rio de Janeiro e Belo Horizonte apresentam uma idade média de 23 anos ao chegarem a essa idade. A idade média de migração nas populações migratórias das três outras cidades é 27 anos. Os dados do presente estudo indicam que quanto mais jovens são os indivíduos ao migrarem, e quanto mais moram no complexo urbano, tanto mais tendem a manterem famílias de três gerações. Assim, sugere-se aqui que muito da importância do fator migração apresentada na Tabela 8 explica-se pela idade média atingida quando os migrantes chegam nestas cidades.

Os baixos coeficientes da Tabela 8 indicam que o grau de associação entre a composição de famílias e estes fatores têm uma importância limitada e reduzida. Deve-se concluir que é necessário muito mais pesquisas se se deseja uma explicação mais completa do fenômeno da composição da família nas cidades brasileiras. Dada a importância da urbanização, que a migração fosse a segunda variável mais importante não causa surpresa. A sua importância aqui resume os resultados apresentados nas tabelas anteriores. A relativa importância da variável idade, do *status* social e da mobilidade social foram previstos, mostrando que a mobilidade não determina a composição da família.

RESUMO E CONCLUSÕES

O presente estudo procurou medir até que ponto a composição da família é afetada pela vida urbana no Brasil. Na pesquisa se usou dados de amostras representativas de chefes de família em seis cidades brasileiras.

Os resultados sugerem que o estabelecimento e manutenção de famílias de três gerações estão relacionados aos processos que fazem parte da urbanização. A relação, porém, não é totalmente consistente com a literatura sociológica. A urbanização é um processo com vários processos inter-relacionados, e, uma vez que esses processos sejam definidos mais especificamente e tornam-se mais úteis à pesquisa do que simplesmente uma idéia geral da "urbanização". Um de tais processos é o da migração, que parece romper as relações familiares. Não obstante, a manutenção de famílias nucleares parece ser apenas temporário entre os migrantes. Com o tempo, muitos destes migrantes formam também famílias de três gerações e adotam um padrão de vida familiar urbano. Assim, quanto mais jovem o indivíduo migra, e quanto mais ele é exposto ao meio urbano, tanto mais é provável que ele se torne um chefe de família contendo três gerações.

Tanto pelas populações migrantes quanto pelas populações nativas, a composição da família relaciona-se de maneira curvilínea à idade. Os jovens e em segundo lugar as pessoas maduras são os que mostram uma tendência a manter famílias de três gerações. Assim, as duas variáveis, idade jovem em si e na época da migração parecem levar ao estabelecimento e manutenção de famílias de três gerações. Este vínculo à idade não se explica só pela morte dos pais de chefes de famílias mais velhos, mas talvez seja devido em parte à grande importância dada à vida familiar pelos brasileiros.

As famílias contendo três gerações aparecem em maiores proporções nas classes altas que nas classes baixas. Os dados limitados do presente estudo sugerem que esta associação é válida principalmente nas velhas áreas urbanas, mas que tal relação não se mantém para as novas famílias que têm ascendido socialmente; estes tornam-se mais nucleares no processo de mobilidade.

Diz-se que os brasileiros valorizam muito as relações de família e de parentesco. A urbanização no Brasil pode ameaçar estas relações e isto talvez no decorrer do tempo pode levar a uma mudança de tipo família generacional a um tipo de família nuclear. Embora o presente estudo não dê respostas definitivas, os dados não mostram uma ruptura que alguns afirmam ser inevitável das famílias extensivas nas cidades brasileiras. De fato, os dados sugerem que muitos migrantes a estas áreas urbanas restabelecem famílias extensivas depois de certo tempo. Assim, os resultados presentes parecem ser o contrário às que muitas vezes se afirma com respeito ao efeito desintegrante da urbanização na estrutura familiar. Futuros estudos poderiam determinar os efeitos tanto da distância quanto da frequência das mudanças. Por exemplo, parece que a frequência da migração no Brasil não é tão prevalente como nos E.U.A. Uma conjetura é que se as populações brasileiras se tornarem tão migratórias quanto as dos E.U.A., a família de três gerações e outras formas de famílias estendidas desapareceriam.

Talvez a urbanização já tenha mudado a composição da família, e a presente pesquisa não pôde medir esta mudança. Os dados apresentados aqui, por exemplo, indicam que se bem algumas formas de famílias extensivas são

comuns na população brasileira urbana, a maioria mantém famílias nucleares. Pode-se sugerir ademais que se a urbanização tem um efeito na composição da família brasileira, e se está havendo uma mudança as famílias das três gerações a famílias nucleares, talvez o tipo transicional ou intermédio seja o estabelecimento do tipo "misto". Este último, que inclui vários parentes e pode ser mesmo uma relação entre não parentes, talvez seja estabelecido por muitos indivíduos por causa da ambivalência experimentada no próprio processo de mudança social. O conflito entre a ênfase tradicional na família e no parentesco, por um lado, e tais fatores modernos como a independência, a realização de ideais e a mobilidade social podem produzir tal ambivalência. Um reflexo desta fase tradicional talvez seja a grande percentagem de famílias "mistas". Se este argumento é válido, então talvez sejam os migrantes os mais afetados por estas mudanças e por isso os que teriam maior tendência para a desintegração nas relações familiares.

O impacto da urbanização e da industrialização nas famílias brasileiras ainda não foi determinado. Diz-se que esses processos são fenômenos do século vinte nos países latino-americanos, mas poucos estudos têm sido dedicados às mudanças nas relações humanas e muito menos estudos sobre as famílias. É de esperar-se que o presente estudo estimule mais pesquisas.

A presente análise usou o esquema teórico resultante de pesquisas nos E.U.A. e na Europa, visto que há poucos estudos de família na América Latina. Infelizmente, as pesquisas passadas nem sempre possibilitavam comparações, de modo que as conclusões chegadas são muito provisórias. Por exemplo, as populações estudadas diferem, assim como há uma variação na forma em que definiram e mediram família extensiva. Estas características limitam as conclusões possíveis sobre a prevalência das famílias extensivas e das relações de família extensiva, e sobre o efeito das variáveis nestes fenômenos. As discussões giram algumas vezes em torno da família, outras vezes, indivíduos; famílias completas ou só marido-mulher; as famílias extensivas têm incluído todos os parentes ou só parentes lineares; enquanto que as populações estudadas são de pessoas em idade avançada, ou de qualquer outro grupo de idade, ou populações de todas as idades.

É provável que estes problemas de comparação se resolvam em pesquisas futuras. O presente estudo não visa a dar um quadro definitivo da vida familiar no Brasil. É um primeiro passo na determinação das estruturas e funções da vida familiar brasileira nas áreas recentemente urbanizadas e industrializadas, e na determinação do efeito dos processos modernizadores sobre relações de parentesco.

REFERÊNCIAS

1. O levantamento foi realizado por Bertram Hutchinson sob os auspícios do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Para mais detalhes sobre o levantamento, ver Hutchinson (1963). Os três levantamentos foram feitos em 1959 e 1960.

2. As seis categorias de *status* (ocupacionais) usadas foram:
 - 1 — Profissionais liberais e altas ocupações administrativas.
 - 2 — Cargos de gerência e direção.
 - 3 — Altas posições de supervisão, inspeção e outras posições não manuais.
 - 4 — Posições mais baixas de supervisão, inspeção e outras posições não manuais.
 - 5 — Ocupações manuais especializadas e cargos de rotina não manuais.
 - 6 — Ocupações manuais semi-especializadas e não especializadas.

Para a discussão das bases empíricas dessas categorias no Brasil, ver Hutchinson e Castaldi (1960).

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, BERT N.

1968 *Kinship in an Urban Setting*, Chicago: Markham.

1970 "Isolation, Function, and Beyond: American Kinship in the 1960's". *Journal of Marriage and the Family* 32 (november): 575-597.

ADAMS, RICHARD N.

1967 *The Second Sowing: Power and Secondary Development in Latin America*, San Francisco: Chandler.

AZEVEDO, THALES DE

1965 *Family, Marriage and Divorce in Brazil*. Pp. 288-310, em Dwight H. Heath and Richard N. Adams (eds.), *Contemporary Cultures and Societies in Latin America*. New York: Random House.

BLUMBERG, RAE LESSER e ROBERT F. WINCH

1972 "Societal Complexity and Family Complexity: Evidence for the Curvilinear Hypothesis". *American Journal of Sociology* 77 (March): 898-920.

BURCH, THOMAS K.

1967 "The Size and Structure of Families: A Comparative Analysis of Census Data". *American Sociological Review* 32 (June): 347-363.

BURCH, THOMAS K. e MURRAY GENDALL

1970 "Extended Family Structure and Fertility: Some Conceptual and Methodological Issues". *Journal of Marriage and the Family* 32 (May): 227-236.

CÂNDIDO, ANTÔNIO

1951 *The Brazilian Family*. Pp. 291-312 em T. Lyn Smith and Alexander Marchant (eds.), *Brazil: Portrait of Half a Continent*. New York: Dryden Press.

FISCHER, ANN; JOSEPH D. BEASLEY e CARL L. HARTER

1968 "The Occurrence of the Extended Family at the Origin of the Family

of Procreation: A Developmental Approach to the Negro Family Structure". *Journal of Marriage and the Family* 30 (May): 290-300.

GERMANI, GINO

1961 *Inquiry Into the Social Effects of Urbanization in a Working-Class Sector of Greater Buenos Aires*. Pp. 206-233 em Philip M. Hauser (ed.), *Urbanization in Latin America*. New York: UNESCO.

GIBSON, GEOFFREY e EDWARD G. LUDWIG

1968 "Family Structure in a Disabled Population". *Journal of Marriage and the Family* 30 (February): 54-63.

GOLDSCHIEDER, CALVIN e SIDNEY GOLDSTEIN

1967 "Generational Changes in Jewish Family Structure". *Journal of Marriage and the Family* 20 (May): 267-276.

GOODE, WILLIAM J.

1963 *World Revolution and Family Patterns*. New York: Free Press.

1964 *The Family*, Englewood Cliffs. New Jersey: Prentice-Hall.

HUTCHINSON, BERTRAM

1963 *The Migrant Population of Urban Brazil*. *América Latina*, 6 (Abril-Junho): 41-71.

HUTCHINSON, BERTRAM e CARLO CASTALDI

1960 *A Hierarquia de Prestígio das Ocupações*. Pp. 19-51 em B. Hutchinson (ed.), *Mobilidade e Trabalho no Rio de Janeiro*: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

JOHNSON, DALE L.

1968 "Industrialization, Social Mobility, and Class Formation in Chile". *Studies in Comparative International Development* 3 (No. 7): 127-151.

KOSA, JOHN; LEO D. RACHIELE e CYRIL O. SCHOMMER

1960 "Sharing the Home with Relatives". *Marriage and Family Living* 22 (May): 129-131.

LEWIS, OSCAR

1965 *Urbanization Without Breakdowns A Case Study*. Pp. 424-437 em Dwight H. Heath and Richard N. Adams (eds.), *Contemporary Cultures and Societies of Latin America*. New York: Random House.

LITWAK, EUGENE

1960 "Occupational Mobility and Extended Family Cohesion". *American Sociological Review* 25 (February): 9-21.

1965 *Extended Kin Relations in an Industrial Democratic Society*. Pp. 290-323 em Ethel Shanas and Gordon F. Streib (eds.), *Social Structure and the Family: Generational Relations*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.

PEARSE, ANDREW

1961 *Some Characteristics of Urbanization in the City of Rio de Janeiro*. Pp. 191-205 em Philip M. Hauser (eds.), *Urbanization in Latin America*. New York: UNESCO.

PETERSEN, KAREN KAY

- 1968 "Demographic Conditions and Extended Family Households: Egyptian Data". *Social Forces* 46 (June): 531-537.
1969 "Kin Network Research: A Plea for Comparability." *Journal of Marriage and the Family* 31 (May): 271-280.

PIERSON, DONALD

- 1954 "The Family in Brazil". *Marriage and Family Living* 16 (November): 308-314.

RAMU, G.N.

- 1972 "Geographic Mobility, Kinship and the Family in South India. *Journal of Marriage and the Family* 34 (February): 147-152.

RODMAN, HYMAN

- 1965 *Talcott Parsons' View of the Changing American Family*. Pp. 262-286 em Hyman Rodman (ed.), *Marriage, Family and Society*. New York: Random House.

ROSEN, BARNARD C. e NANOEL T. BERLINCK

- 1968 "Modernization and Family Structure in the Region of São Paulo, Brazil". *América Latina* 11 (Julho-Setembro): 75-96.

SMITH, T. LYNN

- 1963 *Brazil: People and Institutions*, Baton Rouge: Louisiana State University Press.

STEHOUWER, JAN

- 1965 *Relations Between Generations and the Three-Generation Household in Denmark*. Pp. 142-162 em Ethel Shanas e Gordon F. Streib (eds.) *Social Structure and the Family: Generation Relations*. Englewood Cliffs. New Jersey: Prentice-Hall.

STRICKON, ARNOLD

- 1965 *Class and Kinship in Argentina*. Pp. 324-341 em Dwight H. Heath and Richard N. Adams (eds.) *Contemporary Cultures and Societies of Latin America*. New York: Random House.

SUSSMAN, MARVIN B.

- 1965 *Relationships of Adult Children With Their Parents in the United States*. Pp. 62-92 em Ethel Shanas e Gordon F. Streib (eds.) *Social Structure and the Family: Generational Relations*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.

TROLL, LILLIAN E.

- 1971 "The Family in Later Life: A Decade Review". *Journal of Marriage and Family* 33 (May): 263-290.

WAGLEY, CHARLES

- 1963 *An Introduction to Brazil*, New York: Columbia University Press.
1964 *Luso-Brazilian Kinship Patterns: The Persistence of a Cultural Tradition*. Pp. 174-189 em Joseph Meier e Richard W. Weatherhead (eds.), *Politics of Change in Latin America*. New York: Praeger.

- WILKENING, E.A.; JOÃO BOSCO PINTO e JOSÉ PASTORE
1968 "Role of the Extended Family in Migration and Adaptation in Brazil".
Journal of Marriage and the Family 30 (November): 689-695.
- WILLEMS, EMILIO
1953 "The Structure of the Brazilian Family". *Social Forces* 31 (May):
339-345.
- WINCH, ROBERT F.
1968 *Some Observations on Extended Familism in the United States*. Pp.
127-138 em Robert F. Winch e Louis W. Goodman (eds.) *Selected
Studies in Marriage and the Family*, 3rd ed. New York: Holt, Rinehart
and Winston.
- WINCH, ROBERT F. e SCOTT A. GREER
1968 "Urbanism, Ethnicity, and Extended Familism". *Journal Marriage
and the Family* 30 (February): 40-45.
- WINCH, ROBERT F.; SCOTT GREER e RAE LESSER BLUMBERG
1967 "Ethnicity and Extended Familism in an Upper-Middle-Class Suburb".
American Sociological Review 32 (April): 265-272.